



**BENEFÍCIO PARA QUEM? POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E SEU IMPACTO  
EM UMA COMUNIDADE RURAL DO LITORAL NORTE DA BAHIA**

*Benefit for who? Public policies on tourism and its impact on a rural  
community on the north coast of Bahia*

Diana Anunciação Santos

Socióloga, Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E-mail: [diana.anunciacao@ufrb.edu.br](mailto:diana.anunciacao@ufrb.edu.br)

Áltera, João Pessoa, v.1, n.12, p. 43-78, jan./jun. 2021

ISSN 2447-9837

**RESUMO:**

As políticas públicas implementadas no Litoral Norte da Bahia, a partir da década de 1970, tinham como pauta o desenvolvimento turístico na região. Por meio de um estudo de caso, de cunho qualitativo, baseado numa perspectiva socioetnográfica, procuramos relacionar como a chegada de megaempreendimentos hoteleiros tem impactado social, econômica, ambiental e culturalmente a comunidade rural Curralinho. Assim, ao movimento migratório são inseridas novas rotas e outras têm o seu sentido reestruturado por conta da nova configuração econômica e espacial. Conclui-se que o turismo acarretou rupturas gradativas e mudanças permanentes e irreversíveis na estrutura organizacional deste grupo no que diz respeito às atividades econômicas tradicionais, à sociabilidade, à ocupação territorial e às rotas migratórias. O Curralinho se viu impelido a internalizar novas concepções de mundo e a recriá-las como forma de resistência para sobreviver enquanto grupo tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Comunidade Rural. Turismo. Migração. Litoral Norte da Bahia.

**ABSTRACT:**

The public policies that began to be implemented in the North Coast of Bahia, from the 1970s, were aimed at promoting tourism development. Through a qualitative case study, based on a socio-ethnographic perspective, we seek to relate how the tourism industry, implemented in this region, has impacted the rural community Curralinho socially, economically, environmentally and culturally. So new routes are introduced to the migratory movement and others have their meaning restructured due to the new economic and spatial configuration. It is concluded that tourism has resulted in gradual disruptions and permanent and irreversible changes in the organizational structure of this group with regard to traditional economic activities, sociability, territorial occupation and new migratory routes. Curralinho was compelled to internalize new concepts and recreate them, resisting to survive as a group.

**KEYWORDS:**

Rural Community. Tourism. Migration. North Coast of Bahia.



## INTRODUÇÃO

O Estado da Bahia, por meio de um caráter intervencionista, baseou-se em projetos modernizantes para promover o que veio a chamar de expansão econômica e turística, composta por um conjunto de medidas aplicadas em todo o Estado no que tange ao desenvolvimento do turismo e da constituição dos distritos florestais. Estes projetos, destinados às regiões litorâneas, acarretaram intensas transformações na flora e fauna, bem como, o desenraizamento das tradições socioculturais que estruturam as comunidades centenárias rurais, pesqueiras e extrativistas de tais localidades. As políticas públicas que começam a ser implementadas no Litoral Norte, a partir da década de 1970, tinham como pauta o desenvolvimento de infraestrutura da região, buscando atrair investidores, principalmente, estrangeiros dispostos a investir massivamente na localidade. Abarcando diferentes vertentes, tais políticas visavam a internacionalização do espaço e a valorização crescente das terras ao propor: a criação do Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), direcionado à produção de madeira destinada à indústria de celulose e de carvão vegetal, proveniente das florestas homogêneas de pinus e eucaliptos; a criação de Unidades de Conservação (UCs), sobretudo, de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) por serem mais flexíveis e menos restritivas no que se refere à ocupação e uso dos solos; e a definição da Zona Turística (ZT) Costa dos Coqueiros<sup>1</sup>, a qual agregava um pacote de projetos que possibilitaria a ampliação do turismo receptivo e atração dos investidores do setor hoteleiro e turístico internacionais (GOMES, 2014).

Esse processo se configura na “chegada do estranho” (MARTINS, 1993), representando para os grupos locais o desequilíbrio de um *ethos* camponês<sup>2</sup> (WOORTMANN, 1990) gestado em relações idiossincráticas estabelecidas com a terra, as matas nativas e as águas, bem como o reordenamento interno de um modo de vida e práticas de trabalho tradicionais construídos pelas gerações antecedentes. Reestru-

---

<sup>1</sup> A Costa dos Coqueiros é uma das sete zonas turísticas do estado da Bahia, definidas em 1992, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA).

<sup>2</sup> A ética camponesa possui características próprias calcadas no direito consuetudinário, implicando a manutenção da sociabilidade e coesão do grupo, bem como das relações econômicas e políticas. Está fundamentada na ética religiosa, na intensa moral patriarcal, nas relações de parentesco, compadrio e vizinhança, no modo de produção doméstico e na relativa e aparente autonomia econômica e do processo de trabalho (WOORTMANN, 1990).



turar as formas de uso do território de trabalho e moradia constituem-se, portanto, estratégias de reprodução e manutenção das famílias no meio rural, assim como dos processos de resistência, adaptação e convivência com as políticas públicas modernizantes que adentram a região de forma verticalizada e sem dialogicidade.

O principal pressuposto do capital é que estas tornam-se entraves a sua expansão e, portanto, almeja e planeja a sua remoção. Nesse sentido, tem como pauta, o “aniquilamento” destas populações ao propor o seu deslocamento para lugares completamente distintos e distantes entre si, promovendo a ruptura completa do sentido de pertencimento e identidade ou ainda a integração e assimilação por meio da inserção e convivência forçada com esses novos elementos (MARTINS, 1993).

O Litoral Norte do Estado da Bahia foi uma área selecionada para receber investimentos públicos destinados à urbanização espacial, que pudesse caracterizá-la a partir da definição de espaço apto e favorável ao turismo. Tal atividade está, especificamente, voltada aos megaempreendimentos fechados que possuem toda uma estrutura interna de lazer e serviços – os chamados *resorts*. Este fato a enquadrrou como uma das referências internacionais mais bem divulgada, procurada e acessada entre os anos de 2005 a 2012, até o momento em que a crise econômica na Europa ganha amplitude e este passa a ter como referência principal o público nacional.

Embora o turismo tenha variados caminhos de análise, para fins deste trabalho, procuramos relacionar, por meio de um estudo de caso realizado na comunidade rural Currealinho, como as políticas públicas voltadas para o turismo, implementadas nesta região, têm impactado as comunidades rurais tradicionais nas mais variadas dimensões.

Buscando avaliar as percepções êmicas deste grupo, o turismo é vislumbrado como um evento<sup>3</sup> que acarretou transformações totais na estrutura organizacional, sobretudo, no que diz respeito às atividades econômicas e suas relações, formas de organização e divisão das práticas tradicionais de trabalho, bem como a (re)estruturação de novas e velhas rotas migratórias (SAHLINS, 1990).

É justamente este ponto que será aqui analisado. Para tanto, a proposta é

---

<sup>3</sup> O evento está pautado no imaginário que permanece nos indivíduos após a sua passagem, o qual origina intensas mudanças estruturais (SAHLINS, 1990).



tentar responder às seguintes questões: Quais as consequências socioeconômicas, para a comunidade ora analisada, da entrada das grandes redes hoteleiras internacionais no Litoral Norte da Bahia, isto é, se há e quais são os impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais? Como este evento modifica o imaginário e passa a ser internalizado na memória coletiva dos curralenses a partir das transformações na organização socioeconômica deste grupo? E, como ao movimento migratório são inseridas novas rotas e outras têm o seu sentido reestruturado por conta desta nova configuração econômica e espacial?

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada numa perspectiva socioetnográfica, a qual fundamentou-se numa coleta de dados *in loco*, durante os anos de 2013 a 2015. Aplicou-se como instrumentos a história oral, com realização de entrevistas abertas em profundidade; observação participante, bem como entrevistas semiestruturadas, com roteiro previamente estabelecido. Como informantes-chave da pesquisa foram definidos os seguintes critérios: ser considerado/a morador/a nativo da comunidade (independente do seu tempo de moradia), jovem ou idoso, de ambos os sexos<sup>4</sup>. Antes de tratarmos especificamente das mudanças estruturais acarretadas na comunidade em questão, pela presença da atividade turística na região, é *mister* compreender como o turismo se constitui, se organiza politicamente e adentra ao Litoral Norte, tendo por perspectiva analisar a sua relação com o Curralinho e a percepção deste grupo social no que tange à chegada deste estranho.

## **A CHEGADA DO ESTRANHO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E OS MEGAEMPREENDIMENTOS HOTELEIROS**

O turismo historicamente analisado, enquanto atividade de lazer dos indivíduos, passa por constantes modificações das representações, percepções e motivações, tanto daqueles que o estruturam e o organizam enquanto atividade econômica, para aqueles que o usufruem como consumidores, quanto daqueles que pesquisam sobre a temática. Vislumbrado dentro de uma característica organizativa e comercial,

---

<sup>4</sup> Os informantes aparecem aqui definidos por números em algarismos romanos, conforme acordado com o grupo.



é assim configurado a partir da Revolução Industrial ao relacioná-lo ao lazer, este correspondente ao tempo do não-trabalho, do descanso e da diversão (PAIVA, 2001).

O lazer refere-se ao momento disponível para fazer coisas agradáveis fora das rotinas do trabalho e doméstica. Esse tempo do não-trabalho, do ócio e do entretenimento passou a ser orientado para uma produtividade específica, dirigido a uma fração da classe trabalhadora (a classe média), gestando uma configuração de turismo de massa em oposição a um turismo mais restritivo, de alto padrão de luxo e requinte (PAIVA, 2001).

Eis que surge a “indústria do turismo” baseada nos ganhos de uma crescente massa trabalhadora de classe média, na expansão dos meios de comunicação, no desenvolvimento tecnológico e, principalmente, no avanço dos meios de transporte (PAIVA, 2001). Esta também teve como característica importante a ideia de unir a exigência de um público que visa ao alto padrão e requinte a um movimento mais ampliado de acesso em massa.

A caracterização de indústria se dá pelo fato de que o turismo, por meio das categorias de diversão e prazer, incute de forma duradoura o ideal da extrema necessidade de que o ser humano deve ter o seu momento de lazer e de férias distante do controle da indústria, do seu mundo do trabalho e de moradia e da sua rotina diária. A ideia propagada é de conhecer novos lugares, pessoas, rotinas, dinâmicas sociais e culturais, portanto, viajar (KRIPPENDORF, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, a atividade turística aparece pautada em um discurso positivo, sobretudo, da Organização Mundial do Turismo (OMT), dos chefes de estado dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, dos países devastados nos combates e dos trabalhos teóricos que a analisavam sistematicamente. Este discurso promovia a ideia de que o turismo seria um extraordinário instrumento apaziguador da economia e do equilíbrio no mundo, o qual traria benefícios para o desenvolvimento dos países e das localidades de destino, das populações autóctones, das comunidades tradicionais e dos indivíduos em trânsito (BARRETO, 2009).

Porém, a maior problemática do fenômeno turístico é a mercantilização das relações humanas, inteiramente associada à perspectiva da lucratividade extrema (BARRETO, 2009). A classe que detém o poder e o acesso ao grande capital, ao per-

ceber que o turismo poderia tornar-se uma grande estratégia de acumulação e crescente lucratividade, inicia um movimento de mercantilização das ideias e sonhos, promovendo viagens diferenciadas, sobretudo a lugares que possuem paisagens tropicais paradisíacas, com a natureza dita quase intocada, de elevado valor ecológico e cultural. Com isso, a indústria do turismo passa a adentrar os locais ditos “exóticos” e a construir padrões de planejamento e infraestrutura que pudessem oferecer os melhores serviços a um público exigente em qualquer lugar do mundo.

O Litoral Norte possuía este perfil de paisagem tropical paradisíaca, com a dita natureza quase intocada ou modificada apenas pela ação antrópica das comunidades tradicionais locais, de praias de grande beleza cênica com águas em temperatura agradabilíssimas, sol e calor durante todo o ano, dunas, rios e mata atlântica. Todos estes elementos em um mesmo ambiente constituíram o “convite” para atrair os investimentos privados dos poderosos grupos internacionais que atuam no ramo.

No Brasil, o ano de 1966 é caracterizado como um marco legal para as políticas públicas turística no país, pois é implantado o Sistema Nacional de Turismo, que por meio da outorga do Decreto-lei nº 55 de 18 de novembro de 1966 define a Política Nacional de Turismo (PNT), cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), bem como estabelece os primeiros incentivos fiscais e financeiros para este setor. Todavia, no período mencionado, a política esteve direcionada, sobretudo, para a região Sudeste, abarcando os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, objetivando atrair investidores internacionais (PAIVA, 2001).

Entretanto, com a perspectiva de inserir-se às estratégias de expansão e internacionalização das redes hoteleiras mundiais e atrair os investimentos privados, as políticas públicas – a exemplo do Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), criado em 1993 – estiveram destinadas à implementação e desenvolvimento de tal atividade no país e, por isso, ganharam centralidade em relação às demais políticas como educação, saúde, mobilidade etc. O governo brasileiro iniciou um novo movimento de dilatação dos espaços destinados ao turismo receptivo, desenhando também a região litorânea do Nordeste como mais uma área lucrativa. Sendo assim, a partir da década de 1990, repassou para os estados e municípios o planejamento desta atividade por meio, respectivamente, do Programa de Desenvolvimento Turístico (PRODETUR) e



do Programa Nacional de Municipalização do Turismo<sup>5</sup> (PNMT) (GOMES, 2014; PAIVA, 2001).

Com o primeiro Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE I), o Nordeste (no caso em questão, a Bahia) torna-se um polo de atração turística recebendo grandes remessas de recursos e programas destinados ao desenvolvimento turístico local. O PRODETUR/NE I tinha por base buscar apoio e investimentos financeiros nos Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial para possibilitar que a região pudesse atrair investimentos estrangeiros através da melhoria da infraestrutura local (saneamento básico, energia, urbanização, rodovias, transporte etc.). Tal programa, portanto, visava a adequar as localidades litorâneas a um modelo de infraestrutura urbana e turística que possibilitasse a implantação de centros turísticos integrados e megaempreendimentos hoteleiros de padrão reconhecidamente internacional (GOMES, 2014).

Dos nove estados que compõem o Nordeste, somente a Bahia angariou 35% dos investimentos destinados ao PRODETUR/NE I para a promoção do turismo receptivo. Ademais, foi o primeiro estado a adequar o plano federal às particularidades do estado, gestando o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR/BA<sup>6</sup>), coordenado pela Empresa Baiana de Turismo (BAHIATURSA) e pela Secretaria de Turismo (SCT), mediado pela Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (SUINVEST) (GOMES, 2014).

Para o período que compreende os anos de 1995 a 2005, a Bahia recebeu a quantia de duzentos e cinquenta milhões de dólares designados às ações voltadas para a implementação e desenvolvimento do turismo no Estado. Deste total, 43% do recurso foi destinado às ZTs Baía de Todos os Santos, Costa dos Coqueiros e Costa do

<sup>5</sup> O PNMT foi lançado pela EMBRATUR, em 1995, com o intuito de descentralizar as ações referentes ao incremento do turismo em escala municipal (GOMES, 2014).

<sup>6</sup> O PRODETUR/BA recebeu financiamentos do BID, repassados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e com contrapartida do Tesouro Nacional.



Cacau (GOMES, 2014). Na ZT Costa dos Coqueiros<sup>7</sup>, o município de Mata de São João<sup>8</sup> foi o que mais granjeou recursos, sobretudo, para favorecer inicialmente a implantação dos *Complexos Turísticos Resorts Costa do Sauípe* inaugurado em 2000, seguidos, posteriormente, pelo *Iberostar Bahia Golf e SPA*, instalado em 2005 e do *Grand Palladium Imbassai Resorts SPA* em operação desde 2010, além do já conhecido *Complexo Turístico Resorts de Praia do Forte* instalado ainda na década de 1990, a exemplo do *Tivoli Ecoresort Praia do Forte*. Conforme os objetivos do PRODETUR/BA, os investimentos para esta localidade foram destinados, especificamente para: i) promoção da infraestrutura local viabilizando a construção e/ou melhoria de estradas, saneamento básico, energia elétrica e urbanização de vilas e povoados; ii) proteção ambiental, a partir da criação das unidades de conservação, sobretudo da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA/LN); iii) marketing turístico, com o intuito de atrair os grandes empreendimentos, investimentos estrangeiros e os próprios turistas e iv) formação da população local para padronizar as formas de recebimento e atendimento aos turistas.

De fato, houve uma melhoria da infraestrutura básica no Litoral Norte. Muitos povoados e comunidades pesqueiras e rurais da região, a exemplo da comunidade Curralinho, foram beneficiadas com a chegada da energia elétrica, água encanada, melhoria das estradas vicinais, construção da rodovia estadual BA-099<sup>9</sup> e, com isso, em algumas localidades, a inserção de linhas de transporte público. Houve também a construção de novas escolas atendendo, principalmente, às séries do ensino médio, reforma das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Praia do Forte e de Porto de Sauípe, implantação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) etc. Todavia, é preciso salien-

---

<sup>7</sup> A zona Turística Costa dos Coqueiros compreende os seguintes municípios: Lauro de Freitas, Camaçari, Esplanada, Jandaíra, Entre Rios e Mata de São João, no qual encontra-se situada a comunidade ora analisada.

<sup>8</sup> Este é considerado município âncora da zona turística Costa dos Coqueiros, pois é vislumbrado como indutor de desenvolvimento e possui a melhor infraestrutura de acolhimento possibilitando apoio para os demais municípios.

<sup>9</sup> A rodovia BA-099 liga a cidade de Lauro de Freitas, situada na Região Metropolitana de Salvador (RMS) – estado da Bahia, ao estado de Sergipe. Possui cerca de 170 km de extensão e corta o Litoral Norte baiano. O trecho compreendido entre Lauro de Freitas e Praia do Forte (município de Mata de São João) é conhecido por Estrada do Coco e o trecho entre Praia do Forte e Jandaíra, divisa com Sergipe, é denominado de Linha Verde. Disponível em: <<http://www.clnorte.com.br/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

tar que estes dispositivos não foram necessariamente pensados em sua totalidade em benefício à população, mas para atender à demanda do público de turistas que adviriam com o funcionamento dos *resorts*, hotéis e pousadas.

Para além deste fato, é evidente que nem todas as comunidades foram beneficiadas por estes dispositivos institucionais. A introdução dos mesmos provocou também mudanças significativas na organização socioeconômica destes grupos, sejam elas positivas ou negativas, a exemplo da comunidade em questão que teve seu território de moradia e uso repartido ao meio, com a consequente perda das terras que ficaram situadas na faixa direita da rodovia estadual BA-099 (sentido Bahia-Sergipe), a parte mais valorizada em termos de especulação imobiliária.

## DEMARCANDO O CURRALINHO: O GRUPO POR SI, PARA SI E PARA O OUTRO

A comunidade rural Curralinho, objeto de análise deste artigo, pode ser considerada um grupo rural tradicional, pois tem como principais atividades econômicas a lavoura de gêneros alimentícios, executada por meio da agricultura familiar e a produção de artesanatos, a partir do extrativismo da palha da piaçava (*A. Funifera*)<sup>10</sup>. Esta encontra-se situada no Povoado também denominado Curralinho, pertencente ao município de Mata de São João, entre as conhecidíssimas localidades de Imbassaí e Porto de Sauípe.

Antes das políticas públicas de turismo serem implementadas na região, esta comunidade possuía, segundo relatos dos mais velhos, um total de sete famílias e em torno de 30 a 40 pessoas. Os dados provenientes dos cadastros e das fichas de acompanhamento da Agente Comunitária de Saúde (ACS), à época do trabalho de campo em setembro de 2011, mostrava que, três décadas após a construção do primeiro megapreendimento hoteleiro situado na Praia do Forte, havia no Curralinho um total de 131 famílias e 470 pessoas.

A diversidade de famílias que atualmente integram o grupo é tão marcante

<sup>10</sup> *Attalea funifera* Martius ou piaçava é uma espécie endêmica da Mata Atlântica, abundante nas florestas de restinga da região litorânea do estado da Bahia, a sua principal área de ocorrência. A piaçava constitui-se de uma palmeira solitária, com 8 a 15m de altura (em média), possui entre 8 a 10 folhas, dispostas em arranjo espiralado e disposição quase vertical, com ápices levemente arcados. Suas fibras são utilizadas para a fabricação de vassouras, artesanatos, cobertura de casas etc. (VINHA; SILVA, 1998).



que a organização do ordenamento espacial e da manutenção das relações de poder internas tornaram-se uma preocupação para a própria comunidade. É gestada, então, a separação dos moradores locais em dois grandes polos: os “de dentro” e os “de fora”, vislumbrada pela mesma perspectiva trazida por Elias e Scotson (2000) entre os “estabelecidos” e os “outsiders”. Desse modo, categorizando, com base nos termos êmicos, o atual quadro de famílias que residem no território, o Currálinho está repartido entre os moradores “de dentro”, os moradores “de fora” e os passantes e tais categorias se estruturam e na identidade social e de pertencimento ao grupo (ver quadro 1). A perspectiva da mobilidade envolve uma população que é e outra que se tornou fixa, ocupando o território e vivenciando o cotidiano da comunidade, bem como uma população flutuante que tem propriedade no território, mas não reside. Ademais, há também os passantes de mobilidade flutuante, que são desconhecidos, sem vínculos e sem parentesco, promovendo um verdadeiro vai e vem constante.

		PERTENCIMENTO		SEM VÍNCULO
		Morador de dentro	Morador de fora	Passantes
MOBILIDADE	População Fixa	Nativo de fato	Novos moradores (“invasores”)	-----
		Novo nativo		
	População Flutuante	-----	Veranistas	Trabalhadores
		-----	-----	Turistas alternativos

Quadro 01 – Categorização da população residente no Currálinho  
Fonte: Material de campo da pesquisadora (análise das entrevistas)

Em termos espaciais (ver croqui 1), a comunidade está dividida em quatro áreas de moradia: i) centro, também conhecido historicamente por Tabuleiro; ii) toda extensão da estrada vicinal de acesso, chamado de Currálinho de Baixo; iii) área que margeia a fazenda de Eucaliptos, denominada de Currálinho de Cima e iv) a “área da invasão” ou Novo Currálinho, ocupada por pessoas externas ao grupo, mas que se tornaram moradores da localidade.



Croqui 1 – Mapa social do território atual da comunidade rural Curralinho  
Fonte: adaptado de LIMA (2009, p. 17)

À época da pesquisa de campo, verificou-se que, em seu território, não havia escola de ensino médio, UBS ou CAPS e a estrada vicinal de acesso não havia sido asfaltada. Algumas casas localizadas na região do Curralinho de Cima nem sequer haviam recebido energia elétrica e água encanada. As famílias que receberam encontravam-se situadas no Tabuleiro e no Curralinho de Baixo e reclamavam bastante das novas despesas que tinham com as contas de energia e água, das quais ficava difícil manter

o pagamento em dia, conforme seus prazos de vencimento. Para estas, tratava-se de um novo custo que nunca esteve previsto e que, portanto, não era necessário se preocupar. Assim, ao mesmo tempo que manejam e se adaptam à modernidade com inserção e aquisição de novos bens eletrônicos e domésticos - a exemplo do fogão a gás, da geladeira, da televisão e do ferro elétrico - conservam o traço da tradição mantendo em sua área externa à cozinha o fogão à lenha, já que a manutenção do gás de cozinha é impraticável para muitas.

Disto pode-se inferir que há uma constante negociação entre a tradição e a modernidade, não estabelecendo uma real e completa ruptura das relações, mas induzindo com que situações antagônicas, em algum momento, sejam reestruturadas sob a ótica de complementariedade. A modernidade trouxe novas formas de consumo às quais já não podem mais ser pensadas fora do contexto de vida e, deste modo, torna os indivíduos e, no caso em questão, as famílias dependentes destes (GIDDENS, 1991).

Mas, o que está em voga nesta pesquisa é que, conforme as regras e normas do PRODETUR, a finalidade e, de fato, o que foi disseminado por meio do discurso para as populações locais (especificamente apontamos a comunidade Currealinho) é que o desenvolvimento do turismo traria benefícios para a região. O que, na realidade, não foi esclarecido era a grande reflexão crítica proposta pela sociologia do turismo: benefícios para quem? (BARRETO, 2009). O discurso dos indutores do turismo receptivo era de que a instalação destes complexos hoteleiros de grande porte e padrão reconhecidamente internacional, promoveria um aumento na demanda de emprego e geração de renda para as famílias locais, acarretando melhorias de vida e trabalho, além do acesso mais facilitado à infraestrutura básica. No entanto, isto não é necessariamente o que se verifica nas comunidades locais, inserindo-se comumente nas queixas dos indivíduos “nativos”. Quando questionados sobre este assunto, rebatem: “*fomos enganados!*”<sup>11</sup>.

Não se pode negar que o desenvolvimento do turismo nesta região trouxe certas vantagens e alguns benefícios, estes, inclusive, elencados pela população local. Porém, concomitantemente à sua instalação, acarretou também a desordem social, o desenraizamento da cultura local e a desestruturação do trabalho tradicional.

---

<sup>11</sup> Informante n. 9, 75 anos, nativo.



Os impactos negativos foram e ainda são percebidos como bem maiores e irreversíveis e suplantam os impactos positivos, principalmente, quando se dialoga com as pessoas mais velhas do grupo, resistentes às aceleradas mudanças estruturais. Mas também torna-se fundamental salientar que, para os jovens, o turismo possibilitou novas oportunidades de trabalho menos “sofridas que a labuta na roça ou na pesca”<sup>12</sup> e que internamente o grupo vive a dualidade de relacionar o turismo ora ao seu lado negativo, ora ao seu lado positivo. E é, justamente, por isso que caracterizamos o turismo como um evento para a comunidade do Currálinho (SAHLINS, 1990). A chegada deste estranho gestou mudanças estruturais profundas na dinâmica socioeconômica e cultural deste grupo, o que gerou uma nova forma de se perceber o mundo, ainda que se estabeleça um liame com o passado atávico, mas o presente passa a ser ressignificado e reconfigurado internamente a partir da presença constante destes novos elementos externos.

Não houve uma participação na condição de parceiros dos grupos tradicionais na fase de elaboração dos projetos. Não se verificou uma conformação da cena adaptada ao cenário, mas o cenário tendo que se adaptar à cena. As populações locais se viram impelidas a se adequarem ao sentido, ao tempo, ao novo ritmo, às formas e relações da modernidade em detrimento do seu próprio tempo, modo de vida, das suas práticas de trabalho e visão de mundo tradicionais.

## **BENEFÍCIOS PARA QUEM?**

As grandes desapropriações realizadas nas terras do Litoral Norte, a rigor, estiveram situadas à margem direita da rodovia BA-099, seja de propriedades individuais dos pequenos agricultores ou mesmo açambarcando a área de toda uma comunidade. Estas áreas foram destinadas à construção dos megaempreendimentos hoteleiros internacionais e gestaram o deslocamento espacial de muitas famílias das suas terras de trabalho e moradia e desestruturação sociocultural de comunidades inteiras. O território de Currálinho atraiu algumas destas famílias deslocadas, principalmente, pelo valor mais baixo das terras, já que permaneceu na margem esquerda

---

<sup>12</sup> Informante n. 14, 25 anos, novo nativo.



da rodovia, menos valorizada pela indústria do turismo e, portanto, não teve as suas áreas tão requisitadas. Tem-se aqui, então, o que chamamos de *rota de permanência*, a qual caracteriza a comunidade como *lugar de chegada* (LEE, 2013), recebendo algumas famílias inseridas no que chamamos de *migração da permanência* e internalizadas ao grupo como “novos nativos” pertencentes à categoria dos “moradores de dentro”. O que viemos a chamar de *migração da permanência* diz respeito a um movimento de dentro para dentro, inserido na *rota de permanência*, ou seja, um ato praticado por indivíduos externos ao Curralinho, mas que seguem em direção ao mesmo, buscando estabelecer laços de fixidez. Aqui tem-se uma ação praticada por um sujeito coletivo, isto é, a própria família vislumbrada enquanto uma unidade, a qual determina o Curralinho como um lugar de destino. É importante ressaltar que, embora estas famílias sejam externas ao grupo ora analisado, são constituídas por “nativos” do Litoral Norte e possuem instituídos previamente algum grau de parentesco e compadrio e ainda liames de vizinhança entre si. É, inclusive, esse grau de parentela e reciprocidade instituído, *a priori*, que impulsiona os deslocados a procurarem estabelecer residência nesta comunidade. De certo modo, estas foram forçadas a deslocarem-se e tentaram a todo custo manter suas características e práticas de trabalho tradicionais, lutando ao máximo para permanecer na região, daí a chamada *rota de permanência*, conforme verifica-se no relato abaixo:

*Eu vim pro Curralinho porque a terra era mais barata e mais perto de onde morei. Nós já tinha parente aqui, aí tudo ficou mais facinho. Lá em Sauípe, nós pescava, fazia artesanato e trabalhava na roça. Aqui nós tem a possibilidade de continuar com a vida parecida, fazendo artesanato pros hotel e trabalhando na roça também, já que tivemos que sair de nossa terrinha (Informante n. 04, 39 anos, nova nativa).*

A ida para esta conhecida, porém nova área, embora seja marcada pela ruptura do uso centenário dos seus espaços socioeconômicos de origem, simboliza uma estratégia de resistência à permanência do modo de vida e trabalho, dos conhecimentos locais, saberes tradicionais e da manutenção do sentimento de pertença territorial-regional.

Estas famílias locais que chegam ao Curralinho, no movimento de *migração da permanência*, são agregadas como “nativas”, ou seja, parte integrante da comu-

nidade, por compartilharem relações de parentesco, compadrio e vizinhança. Encontram-se situadas nos mesmos espaços de moradia, possuem os mesmos direitos e dividem a mesma identidade local e o sentimento de pertença com as reais famílias curralenses, sendo vislumbradas não apenas como “nativos” da região, mas tornando-se moradores “de dentro”, ou seja, um “novo nativo” do Currallinho.

Este tipo de migração é, de certa maneira, forçada e as motivações partem de um contexto externo à família/grupo para o contexto interno. Não é elemento constituidor das estratégias familiares de manutenção da unidade doméstica, mas a única alternativa para a sobrevivência da família enquanto tal. Ela não é temporária, mas definitiva e não está restrita a apenas um ou alguns membros familiares, abarcando a todos aqueles que compõem a unidade doméstica de produção (CHAYANOV, 1974).

Algumas destas famílias de comunidades pesqueiras, a exemplo das que foram deslocadas pela construção do *Complexo de Resorts Costa do Sauípe*, mesmo tendo se instalado no Currallinho, sofreram perdas profundas na organização econômica da sua unidade doméstica de produção. Além das perdas de sociabilidade comunitária, tiveram que deixar para trás suas moradias e seu acesso aos espaços produtivos de rio e mar, onde executavam as atividades essenciais da pesca artesanal e mariscação, extensão da unidade doméstica (quase que um quintal) e espaço produtivo de primeira relevância (STIFELMAN, 1997). Esta perda os forçou a se reestruturarem. Neste novo contexto espacial, a centralidade é a terra, suscitando uma adaptação ao novo ambiente espacial e produtivo, às relações de vizinhança, às formas de organização interna do grupo que os recebe, dentre outros aspectos. A chegada e instalação definitiva, no Currallinho, destas famílias de comunidades rurais e pesqueiras vizinhas também acarretou mudanças intensas na dinâmica interna deste grupo, não sendo de todo harmônicas como poderia se imaginar pelo fato de estarem ligadas entre si por relações de parentesco e reciprocidade. Conforme Simmel (2003), o conflito é inerente à sociedade e o seu papel não deve ser visto apenas pelo lado do desastre, mas a partir da sua polivalência. Logo era inevitável a ocorrência de relações desarmonicas e conflituosas internas no Currallinho, sobretudo, com a entrada de novos atores no espaço social.

A principal questão que apareceu em quase todas as narrativas foi a situação



do comportamento diferenciado nas relações interpessoais e, sobretudo, do fato de terem que dividir entre si algumas áreas produtivas e de trabalho, a exemplo das áreas de extração, as quais a cada dia têm o seu perímetro reduzido por conta do crescimento das florestas homogêneas de eucaliptos e pinus, conforme relato destacado abaixo:

*A terra que já tá pouco para os nativos daqui, fica menor ainda quando chega os nativo de lá e a gente tem que dividir com eles. Não tem como não dividir, né minha filha? Eles é parente nosso, é daqui da região, sabe trabalhar a terra como nós e tá precisando desse espaço aí, né? Mas, a coisa fica feia e falta espaço mesmo pra todo mundo aqui, depois desses eucalipto e hotéis. Mas, é todo mundo fraco e de dentro. Vai fazer o quê?*  
(Informante n. 10, 65 anos, nativo de fato).

Da narrativa, podemos concluir que, embora a maioria das pessoas já se conhecesse por serem vizinhos ou ainda parentes, a maneira de relacionarem-se entre si ainda é diferenciada e existe uma velada divisão dos espaços e das tarefas entre os “nativos de fato” e os “novos nativos”.

Aqui está uma das ocorrências que marcam a situação de dificuldades na adaptação das famílias que estão inseridas na *migração de permanência* e, conseqüentemente, das relações entre estas e os “nativos de fato” do Currálinho. As diferenças de comportamento e de compreensão das relações socioeconômicas provocam distintos conflitos internos entre os atores mencionados, mas nenhum destes com grau significativo de prejuízos ou de afastamento das famílias entre si. As relações de parentesco e compadrio se sobrepõem e o fato de serem “nativos” da região fortalece o estabelecimento de um liame consistente entre os “novos nativos” e os “nativos de fato”. A isto, soma-se ainda a união reforçada pela ameaça externa configurada e materializada nas figuras dos indivíduos e famílias que chegam para trabalhar na região, além dos próprios megaempreendimentos turísticos e das plantações de eucaliptos e pinus. Assim, o conflito interno entre os “nativos de fato” e os “novos nativos” é reelaborado como instrumento de união e proteção para o Currálinho como um todo no que tange à aproximação forçada e suas possíveis ameaças provocadas pelos atores e elementos externos (SIMMEL, 2003).

Além de receber as famílias “nativas” de variadas comunidades rurais da região impactadas pela implantação dos megaempreendimentos hoteleiros, o Curra-



linho também passa a ser um *lugar de destino* para indivíduos e famílias de outras localidades que se dirigem ao Litoral Norte, principalmente, nos dois períodos que compreendem: i) o final da década de 1990 e início dos anos 2000 para trabalharem nos canteiros das obras de construção dos hotéis e resorts e ii) entre 2000 e 2010 em busca de uma vaga de trabalho quando estes empreendimentos já se encontram em operação. Estes sujeitos inserem-se no que viemos a chamar de *migração da atratividade*, pois as empresas hoteleiras exercem um amplo poder de atração, promovendo o deslocamento de muitos trabalhadores e, em consequência posterior, de suas famílias, sobretudo, da capital do estado da Bahia em direção ao Litoral Norte. Esta fascinação é reelaborada pelo discurso oficial – disseminado nos setores midiáticos pelo próprio governo Estadual – ao reforçar o fato de que os investimentos públicos atraem os investimentos privados, orientados para o desenvolvimento do turismo nesta região, tornando-se fortes geradores de emprego, trabalho e renda.

Conforme Krippendorf (2009), os meios de comunicação assumem papel fundamental no processo de aceitação da indústria do turismo no mundo. Neste contexto, favorece uma forte ideia de consentimento para aqueles que são moradores das localidades, ganha a simpatia da sociedade civil e ampla conceituação favorável dos turistas ao empunhar a bandeira dos modelos inspirados na ecologia, sustentabilidade, e responsabilidade social. No entanto, por trás deste discurso positivo e harmônico, camufla a real dimensão dos impactos irreversíveis que promove nos meios ambiente e social.

O discurso veiculado à época nos meios de comunicação repassava a ideia estereotipada de que a região, até então vislumbrada como “atrasada” em seus aspectos econômicos e sociais, dependia do turismo para alcançar um elevado patamar de desenvolvimento e bem-estar social para a sua população. É dessa forma que o Litoral Norte passa a ser representado, atraindo empresas, turistas e diversas categorias de trabalhadores formais e informais (SILVA, 2007). Tal preleção a favor do desenvolvimento turístico e econômico do Litoral Norte, na realidade, foi formulada com o intuito de se validar as ações do governo e dos grupos hoteleiros e para mobilizar os indivíduos externos – comunidades locais e a sociedade civil de modo geral – à aceitação aos projetos propostos (HANNIGAN, 2009).



Entretanto, embora a mídia e as ações do governo tenham tido forte influência sobre a inércia nas ações contrárias de uma parte desta população local, há diversos registros, os quais versam sobre os muitos movimentos de resistência, destacando-se as associações comunitárias (SANTANA, 2009; STIFELMAN, 1997; SOUZA; PARAGUASSU, 2009). Estas insurgiram contra a implantação dos megaempreendimentos hoteleiros, tendo como ponto-chave de pauta todo o prejuízo ambiental e social que, por consequência, adviriam da construção e operação destes. Stifelman (1997), por exemplo, aborda como a comunidade de Porto de Sauípe foi deixada à margem da elaboração do projeto e de todo o desenrolar das fases seguintes, sendo coagida a aceitar tal situação por falta de conhecimento do processo e, sobretudo, falta de espaço para se manifestar contrariamente.

No Curralinho, a falta de conhecimento sobre os direitos aos quais possuíam e da legislação que rege tal questão limitou a atuação de seus integrantes. Os discursos de positividade dos projetos foram bem formulados por seus empreendedores e repassados ao grupo de modo a ser internalizado, defendido e reproduzido pela população, representada aqui, sobretudo, pelos indivíduos mais jovens. O fato é que esta situação também gerou uma linha dicotômica na comunidade, dividindo-a em dois lados antagônicos: aqueles que apoiaram e defenderam o turismo, baseados no discurso da geração de emprego, trabalho e renda; bem como aqueles que não o defenderam e apontaram todos os possíveis impactos negativos, sobretudo, no que diz respeito à desestruturação da fauna e da flora.

Mais uma vez, o conflito aparece aqui como parte integrante das relações comunitárias, situado em torno das distintas maneiras como se percebe o fato externo (SIMMEL, 2003). O embate entre as gerações é representado pela disputa de legitimidade entre a tradição e a modernidade, bem como entre o rural e o urbano. A experiência da migração torna a visão de mundo dos jovens cada vez mais próxima da realidade urbana e, por consequência, eles são mais flexíveis e receptivos à inserção dos traços de modernidade urbana, no seio da tradição rural (SOUZA; PARAGUASSU, 2009).

O Curralinho não passou por um movimento forte e estruturado de resistência à implantação dos empreendimentos turísticos, talvez pelo fato de não ter sido



impactado diretamente pela construção destes em suas áreas de moradia e trabalho, ainda que indiretamente sofra as consequências. O território de reprodução material da comunidade não foi selecionado a tornar-se área de construção; as matas e os roçados não cederam espaço ao concreto dos complexos. O Curralinho não se calou diante dos fatos, mas também não se tornou um ator efetivo na luta contrária. Os jovens concordavam com o projeto, enquanto os mais velhos discordavam; aqueles vislumbravam uma nova e distinta possibilidade para o futuro, pois o turismo estava interligado ao crescimento econômico; esta era a chance de se enquadrar no mundo moderno. Enquanto que para estes tratava-se da derrocada de seus modos de vida e trabalho e da descontinuidade de uma tradição cultural própria de seu grupo. No Curralinho, mesmo diante de tal embate geracional, o respeito ao idoso permanece, pois este é o detentor de um saber vivenciado, mas concomitantemente é confrontado com o desejo de mudança da juventude. Este costume, traduzido sob a forma do direito consuetudinário, é flexível, mas ao mesmo tempo comprometido formalmente com o passado histórico do grupo e, por isso, consegue transitar entre os dois polos: rural/urbano e tradicional/moderno. O *status* interno do jovem masculino passa de saber trabalhar tradicionalmente bem a terra para ser “fichado” no complexo turístico, ou seja, ter um emprego de carteira assinada e receber gorjeta, muitas vezes em dólar ou em euro, dos clientes/turistas que por lá se hospedam (BOSI, 2009; HOBBS-BAWN, 2008).

## **MITIGAR PARA INVISIBILIZAR OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO**

A implantação de megaempreendimentos turísticos pressupõe alterações visíveis no meio físico, biótico e socioeconômico, e para o qual acrescentaria também cultural, caracterizando-o como de alta intensidade as alterações provocadas ao meio. Por conseguinte podemos citar que ainda que se implementem medidas para mitigar ou compensar os impactos advindos da atividade turista, estes serão inevitavelmente produzidos de formas permanentes e irreversíveis (GOMES, 2014). No caso do Litoral Norte, mesmo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de



Impacto Ambiental (RIMA<sup>13</sup>) terem reconhecido a alta intensidade de alterações negativas a serem provocadas nos meios físico, biótico e socioculturais, os projetos dos grandes complexos hoteleiros no município de Mata de São João foram aprovados sob a perspectiva de que seriam implementados programas sociais e ambientais que compensassem os estragos advindos da sua construção e operação ao meio ambiente e às comunidades tradicionais locais. Isso se deu também pelo fato de que, em termos econômicos, os projetos ressaltavam que tal atividade proporcionaria crescimento local, por meio da geração de emprego, trabalho e renda para a população.

De todo modo, é preciso destacar que, no Curalinho, o turismo foi qualificado como de impacto negativo, indireto, permanente e irreversível. Porém o fato de ter sido caracterizado como de abrangência espacial indireta fez com que tais medidas fossem aplicadas de forma tímida na comunidade. Outra questão é que os projetos de mitigação foram pensados unilateralmente, sem a participação dos grupos locais na elaboração destes e, sobretudo, igualando as ações em todas elas, sem considerar as idiossincrasias social, econômica e cultural de cada um destes grupos locais.

Especificamente no município de Mata de São João, no que tange às leis municipais que estabelecem as medidas mitigadoras e compensatórias à perda dos espaços produtivos (roçados, quintais, rios, mar e matas), foram outorgadas duas leis: a Lei nº 377/2008 e a Lei nº 382/2009, as quais estabelecem incentivos fiscais<sup>14</sup> às empresas dos setores de hotelaria e de construção civil instaladas no município. Estas como contrapartida devem reservar, na fase de operação, 65% de suas vagas de trabalho para uma mão de obra residente no próprio município. A questão é que o benefício, na realidade, é totalmente direcionado às empreendedoras, pois estas recebem em torno de 50% de redução no pagamento do Imposto de Seguridade Social (ISS), enquanto afirmam que a população local não está capacitada para ocupar os postos de trabalho disponíveis, justificando a vinda de pessoas de outras regiões.

Todavia muitas famílias foram forçadas a vender suas terras de moradia e/ou trabalho e uma considerável parcela, sobretudo de jovens, tornou-se uma massa

---

<sup>13</sup> O EIA/RIMA são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e foram instituídos pela Resolução CONAMA n. 001 de 23 de janeiro de 1986.

<sup>14</sup> A exemplo de incentivos fiscais tem-se a redução de 50% do Imposto de Seguridade Social (ISS).



de desocupados/desempregados por falta de acesso à terra, às matas e às águas. Esta questão foi acrescentada à pauta dos movimentos que insurgiram para resistir à implantação destes empreendimentos na localidade, tornando-se inevitável que alguma medida fosse pensada para mitigar os impactos sociais negativos provocados diretamente sobre esta população (SAMPAIO, 1990; STIFELMAN, 1997).

Esta situação intensificou também outro problema: a população externa inserida na *migração da atratividade* para ser caracterizada como mão de obra residente do próprio município e terem uma chance a mais na concorrência resolveu, ao passo em que também foi orientada a, fixar residência definitivamente e estabelecer vínculos de moradia em alguma comunidade ou povoado local, principalmente, daqueles situados à margem esquerda da rodovia BA-099, a exemplo do Curralinho. Isto também tem ligação com os menores valores dos lotes e custo de vida quando se relaciona com aquelas comunidades localizadas à margem direita desta rodovia (GOMES, 2014). O problema é que tal situação promove um aumento populacional, bem como dos preços dos lotes de terra e do custo de vida local, ampliando os conflitos internos entre aqueles que são considerados moradores “de dentro” e aqueles que passam a ser os moradores “de fora”.

Estas pessoas e famílias encontram-se situadas na rota migratória que chamamos de *chegada* e enquadrando-se na *migração da atratividade*. No Curralinho, estão localizadas na área chamada de Novo Curralinho, ocupando um antigo espaço de produção do grupo de “nativos de fato”. Esse movimento acarreta um crescente aumento da sua população fixa agora composta por duas categorias: a dos “nativos” (os “nativos de fato” e os “novos nativos”) e a dos “novos moradores” (os trabalhadores).

A chegada desse “novo morador” fortalece o sentimento de pertença e a coesão do grupo, que para marcar a diferença entre eles se denomina emicamente de “nativos”. Conforme Elias e Scotson (2000), estabelecidos e *outsiders* são categorias que se definem na negação estabelecida nas relações definidoras e constitutivas das identidades sociais. Assim, adaptando suas análises à realidade do Curralinho percebe-se que as categorias, “nativos” e “novos moradores”, congregam indivíduos que compõem o mesmo grupo social, mas que ao mesmo tempo se distinguem pela



negação de não compartilharem as memórias coletivas das relações de ocupação e usos históricos do território, marcadores fundamentais da identidade social deste grupo. A separação entre estes, portanto, é bem demarcada e definida: os nativos são os estabelecidos da região, enquanto os “novos moradores” são os *outsiders*.

Neste confronto percebe-se a manifestação da fronteira social pautada na relação nós com o outro (BARTH, 1998), na qual os critérios de pertencimento determinam quem é “de dentro” e quem é “de fora”. Assim, a distinção entre as categorias da população fixa do Curralinho – “nativos” e “novos moradores” – se apoia não apenas no critério da descendência, mas, sobretudo, na definição da relação de espacialidade e temporalidade, ou seja, o saber tradicional, transmitido por gerações e das práticas de trabalho desenvolvidas nas áreas econômicas do grupo. A divisão espacial e de pertencimento que se segue coloca os “nativos” no centro da comunidade como os gestores da organização social local, reestruturando o direito costumeiro com a instituição de novas regras, direitos, deveres e relações de poder que determinam certa “submissão” dos “novos moradores” a eles.

Há também um aumento na circulação de pessoas inseridas em um movimento migratório sazonal, o qual compreende as estações primavera e verão, haja vista o turismo no Litoral Norte ter sido desenhado pelo *marketing* da categoria praia e sol, possuindo instalações de verdadeiros complexos turísticos voltados para o lazer nas águas. Estes indivíduos estão numa rota migratória caracterizada pelo movimento circulatório entre a chegada e a saída e inseridos também na *migração de atratividade*.

Este período de alta estação atrai muitos turistas, tornando-se necessário a contratação de uma mão de obra temporária para atender ao aumento da demanda. Não é imperativo que esta população volante seja moradora do município e, conseqüentemente, a maioria dos indivíduos é proveniente de outras cidades, municípios e até outras regiões do país, acarretando uma sobrecarga na utilização da infraestrutura das comunidades que servem de abrigo para esta massa de trabalhadores temporários. Porém há também jovens curralenses e de outras comunidades locais inseridos nesta relação de trabalho sazonal e informal dos hotéis e resorts.

Entretanto há um ponto que não se pode deixar de abordar, no que tange às relações de trabalho no setor do turismo. Não obstante tal atividade esteja entre



aquelas que mais empregam trabalhadores no mundo. No Brasil, há uma predominância da informalidade. Na Bahia, no primeiro trimestre de 2020, por exemplo, a taxa de informalidade perfaz 52,9% do total das ocupações, caracterizando a falta de garantias e segurança para os trabalhadores, ou seja, a qualidade para execução dos serviços é muito baixa, bem como os salários também (SEI, 2020). Além disso, os empresários atestam que o município possui uma crescente mão de obra, mas que paralelo a isto não é suficiente quando se busca trabalhador qualificado para atender a certa demanda de atividades específicas. Por isso, é alto também o número de profissionais de outras regiões do país, principalmente, nas funções especializadas, técnicas, de comando e chefia (ALVES, 2009).

Assim, este fato só ratifica que tal lei de incentivos fiscais favorece apenas o lado mais forte da moeda, ou seja, o grande empresariado. A ideia, portanto, de geração de emprego nos hotéis não atende, de fato, a população local, quando esta é vislumbrada como atrasada e desqualificada, portanto, como “fracos”<sup>15</sup>. E ainda quando é cooptada pelas empresas, ocupam as funções mais rebaixadas, temporárias e mal remuneradas, com um discurso carregado de esperança de que um dia podem se tornar trabalhadores fixos e “fichados”<sup>16</sup>.

## **SER FICHADO: A INSERÇÃO DOS JOVENS NOS MEGAEMPREENDIMENTOS**

Verificou-se que os moradores do Curralinho que estão em serviço nos hotéis, resorts e pousadas - enquadrando-se tanto na formalidade de um trabalho mais duradouro, quanto sobretudo na informalidade do trabalho sazonal - são os moradores mais jovens. Geralmente, ocupam as vagas destinadas aos serviços mais pesados e vislumbrados como de menor importância, por exigir baixa escolaridade. Portanto ganham em média um salário mínimo, mas alguns (principalmente aqueles que trabalham diretamente com o público) conseguem aumentar a renda com as gorjetas que, quase sempre, recebem dos clientes/hóspedes.

<sup>15</sup> A utilização do plural se justifica por ser um termo antropológico, conforme nomenclatura estabelecida por Woortmann (1990).

<sup>16</sup> Ser fichado é ter a carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, ter um salário certo e fixo, ainda que seja pouco, mas que garanta o sustento do grupo familiar.



Os jovens entendem que ser “fichado” em um resort garante estabilidade e segurança em todos os meses para as suas famílias. As novas demandas mensais de contas básicas como energia elétrica, água potável, recarga de celular, acesso à internet, as quais surgem com o intenso processo de modernização/urbanização do Litoral Norte, estariam asseguradas. Os alimentos que não produzem e outros produtos básicos podem também ser adquiridos com os recursos provenientes do trabalho em sua nova atividade. Para a maioria, a lavoura é a personificação da incerteza e instabilidade, do esgotamento físico, aquilo que “*não dará futuro*”, pois não há garantias de que a produção vingará como também que o seu excedente será comercializado nas feiras livres. Não há uma perspectiva de crescimento profissional nos termos modernos, conforme verifica-se nos relatos que seguem:

*No resort eu posso chegar até a ser gerente de um hotel desses e aqui na roça eu serei como meu pai, lavrador. Lá eu sou fichado, tenho a carteira de trabalho registrada, tenho meus direitos, eu sou alguém na vida. E na roça não. Na roça eu não tinha nada disso. Eu trabalhava para minha família e não tinha garantia nenhuma. Agora eu tenho uma garantia, um salário pago todo mês no dia certinho (Informante n. 14, 25 anos, novo nativo).*

*É por isso que os jovem daqui não quer mais trabalhar na roça. Vai tudo pros hotel ai do outro lado da pista. Eles diz que ganha dinheiro fácil e que a roça é muita labuta, muito sofrimento, muito suor e sufoco. Os turista que vem pra cá, vem cheio de dinheiro e tem mão aberta; diz por aí que as gorjeta que eles dão pros menino é boa... muito boa! É até em verdinhas [dólar] (Informante n. 15, 31 anos, nativo de fato).*

As práticas de trabalho tradicionais, portanto, perdem considerável importância para a maior parte dos jovens curralenses. Embora ainda executem tais atividades nos momentos de folga, finais de semana, feriados e férias, a nova perspectiva de serem absorvidos pelas empresas locais também dá base às mudanças sociais. A expectativa do tempo de estudo, inclusive, aumentou, devido à exigência de qualificação comprovada; há também imbuído o sentido da formação em uma profissão moderna, inserida na lógica urbana. Assim, alguns têm terminado o ensino médio e prosseguido com cursos profissionalizantes e, até mesmo, cursos superiores de graduação plena ou tecnológica, disponibilizando uma carga horária reduzida nos roçados da família.

Já os jovens que estavam inseridos em um processo de migração em grandes



centros urbanos do país, o qual denominamos de *migração das estratégias familiares*<sup>17</sup>, retornaram às suas comunidades de origem com a possibilidade de trabalharem nos empreendimentos hoteleiros. Este movimento denominamos de *migração às avessas*, a qual abarca as trajetórias dos “nativos de fato” e “novos nativos” que saem do seu local de origem para estudar e se qualificar e depois retornam. Esse tipo de migração se enquadraria na tentativa de suprir as necessidades materiais de existência do grupo familiar, como também atender necessidades simbólicas dos sonhos e ilusões, isto é, a ascensão social e o projeto de vida.

Mesmo com esta divisão entre a concepção de se pensar o presente por meio do passado vivido para os mais velhos e de se pensar o momento atual através de uma idealização do futuro para os jovens, ainda assim as noções de tempo e espaço concebidas pelos moradores do Currálinho se diferenciam da concepção percebida pelas áreas urbanas. Ou seja, tais categorias mantêm uma ligação estreita de complementaridade, não existindo entre elas uma separação *strito sensu*. Os espaços sociais e físicos são marcados pela temporalidade social a eles empregado. A noção de tempo é vista pela multiplicidade de atividades calcadas tacitamente na relação dual família-trabalho, organizando e dividindo as distintas relações socioeconômicas estabelecidas no meio espacial. Os jovens se inserem no tempo acelerado e demarcado pela perspectiva de lucratividade das empresas às quais estão fichados, mas também mantêm a relação temporal-espacial do *ethos* camponês, entrando em conflito interno e familiar. Eles ainda se encontram disponíveis e exercem as atividades básicas da roça, da produção de artesanato, extração, mariscagem e pesca artesanal para garantir uma melhor qualidade de vida para as suas famílias, mas sempre no chamado tempo do não-trabalho, pois a prioridade são as atividades nos empreendimentos turísticos, executadas no tempo do trabalho. Portanto, desenvolvem apenas o que chamam de “ajuda”.

---

<sup>17</sup> A *migração das estratégias familiares* é uma das principais vias de saída encontrada pelo grupo para conseguir manter esse equilíbrio da demanda interna do consumo-produção e a reprodução da família. Ela é um instrumento facilitador, pois permite ao indivíduo migrante desenvolver atividades não agrícolas que possam garantir uma renda extra, destinada à manutenção daqueles que permanecem no lugar de origem mantendo a tradição do grupo como um todo.



## O TURISMO ALTERNATIVO E A NOVA CONFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO CURRALINHO

Outra questão de relevância para as alterações na organização socioeconômica do Curralinho, trata-se do fato de que os empreendimentos possuem acesso direto às belíssimas praias, com serviços completos e diversificados, abarcando campo de golfe, salas de recreação, marinas, centro de esportes, vilas turísticas, extensas piscinas, espaço para *shows*, *spa*, centros de estética, lojas de *souvenirs* etc. O objetivo é incentivar o hóspede a consumir e permanecer no hotel o maior tempo possível, fazendo com que a economia gire internamente. O turista portador de uma favorável situação econômica e que vem repleto de dinheiro para gastar sem preocupações usufrui de todas as atividades e serviços ofertados dentro dos complexos turísticos, restringindo a circulação monetária à “bolha”. As comunidades não aumentam a renda de forma significativa por conta deste turista da bolha, mas por outras vias ligadas indiretamente a este tipo de turismo restritivo, que respinga nos grupos tradicionais a partir de outros modelos de turistas que circulam na região, a exemplo dos “turistas alternativos”.

Este tipo de viajante alternativo pode ser caracterizado pela dissociação do turismo de massa, no qual o turista dá preferência a percorrer os caminhos fora da rota principal, deseja conhecer modos de vida e trabalho tradicionais (por isso preferem se alojar nas comunidades), vivenciar a rotina diária destes grupos e conhecer os locais mais improváveis para o público que frequenta o espaço previsível da “bolha” (KRIPPENDORF, 2009).

Esse turismo alternativo vem ganhando espaço no Litoral Norte e as comunidades têm percebido este movimento. Cada vez mais, estão se adaptando para oferecer serviços a esta “população flutuante” (assim categorizada para fins de análise deste trabalho) garantindo uma renda extra ou, em alguns casos fundamentais, a reprodução das famílias. A procura deste público por instalações mais simples, familiares e econômicas acarretou uma reconfiguração dos espaços familiares produtivos e seus sentidos na comunidade em questão. Os espaços destinados aos quintais foram transformados ou em lotes para serem vendidos ou ainda em pequenas casas e/ou



quartos para aluguel por temporada. Este fato, portanto, ocasionou a perda da centralidade dos quintais para as unidades domésticas já que os espaços que estavam destinados para tal fim tiveram a sua economia adaptada às atividades voltadas para o atendimento ao turismo alternativo. As leiras abertas na terra para receberem as sementes de hortaliças deram lugar às paredes de bloco e cimento; as ervas medicinais e as árvores frutíferas foram substituídas pelas janelas e portas das novas casas de temporada e os animais de pequeno porte que circulavam pelos quintais perderam seu espaço para os turistas. Assim, o alimento advindo dos quintais que abasteciam internamente as casas e a renda proveniente da venda do excedente dessa pequena produção foram gradativamente substituídos pela renda de uma relação contratual de aluguel por temporada das casas e quartos destinados aos turistas alternativos.

Todavia, há uma crescente demanda de outros serviços que surge com a entrada deste público específico na comunidade. Além da construção dos imóveis e quartos para aluguel, boa parte das famílias locais iniciou uma modificação em suas rotinas e práticas de trabalho. A *migração às avessas* trouxe de volta os jovens, que se encontravam em processo de migração. Estes retornaram com algum recurso financeiro, ainda que pouco - adquiridos nas relações de trabalho fichado nas cidades para onde se dirigiram - e investiram em mercadinhos, bares e restaurantes dando um suporte de serviços à “população flutuante” do Currálinho e não mais retornando ao trabalho na roça. Outros se capacitaram para atuarem como guias turísticos, compraram moto ou carro, tornando-se moto-taxistas ou taxistas vinculados aos *resorts*.

Destaca-se também o término das obras de construção dos empreendimentos hoteleiros. Verificou-se que desfazer os canteiros de obras gerou uma grande massa de trabalhadores dispensada e desempregada no Litoral Norte. Dissipar esta população foi quase impossível, uma vez que a maioria não é da região, mas formou família e uma vinculação com o novo espaço, o que levou a muitos decidirem por permanecer à procura de um novo emprego, agora dentro dos próprios empreendimentos inicialmente levantados por eles. Desse modo, permaneceram nas comunidades, acarretando um arrefecimento dos problemas sociais já existentes, tais quais aumento do consumo de álcool e outras drogas, violência, gravidez na adolescência e crescimento desordenado de áreas favelizadas etc. (GOMES, 2014). O Currálinho



como *lugar de destino*, portanto, torna-se forçadamente um local de abrigo/moradia e de oferta de serviços a esta massa de trabalhadores em detrimento de um modo de vida tradicional.

## **ENTRE O MODERNO E O TRADICIONAL: A CENTRALIDADE DA PRODUÇÃO DE ARTESANATOS**

A intervenção do Projeto Berimbau engendrou a inversão do saber-fazer das práticas tradicionais promovidas nas relações de trabalho da cadeia de produção de artesanatos. Este projeto trata-se de um Programa Social Sustentável operado pelo Complexo Turístico Resorts Costa do Sauípe, pensado e instituído como uma medida mitigadora. Segundo seus idealizadores, tem como objetivo criar soluções alternativas à geração de renda para as populações locais que vivem no entorno ao complexo, bem como absorver o contingente de mão de obra excedente e dispensada dos canteiros de obra. Para tanto, propõe o desenvolvimento de ações estratégicas que foram organizadas em três segmentos: i) apoio às cadeias produtivas; ii) melhoria da infraestrutura social; e iii) educação e preservação da cultura local (ANDRADE, 2008).

O projeto Berimbau não representou uma iniciativa voluntária da operadora do Complexo, mas um cumprimento de uma norma que condicionava o licenciamento ambiental à aplicação de medidas mitigadoras e compensatórias. A Licença Ambiental de Operação do Resort Costa do Sauípe tem o condicionante XXXI que define o projeto Berimbau como a principal ação sustentável e de responsabilidade social para a regulação dos conflitos socioambientais na área de influência deste empreendimento.

Assim, este projeto foi constituído por meio de parcerias com instituições públicas municipais e governamentais. Dentre os diversos órgãos parceiros está o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), diretamente relacionado às ações de geração de renda para o segmento de apoio às cadeias produtivas, o qual situa-se no apoio às atividades agrícolas, à revitalização da pesca artesanal e à valorização do artesanato.

No entanto, é preciso salientar que este projeto não foi pensando e construído em parceria com as populações locais, ainda que haja registros apontando que houve



uma “análise das vocações locais e da capacidade técnica e gerencial dos produtores locais [...]”, bem como “[...] a participação de todos os atores sociais envolvidos nos processos de decisão, execução, acompanhamento, controle e avaliação [...]” (ANDRADE, 2008, p. 440).

No Curralinho, as narrativas apontam que o Projeto Berimbau adentra de forma mais resumida, contemplando apenas o item valorização do artesanato, como parte integrante das ações de geração de renda voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas. Cabe salientar que o discurso (produzido e difundido pelos representantes da operadora do complexo) contemplava palavras como ‘desenvolvimento’, ‘valorização’, ‘preservação’, ‘melhoria’ e ‘apoio’. Estas forneciam a ideia de um ambiente favorável e permissível à aceitação do projeto por parte das comunidades locais. A ideia central de geração de renda facilitou a aprovação por parte das mulheres mais jovens, a qual acarretou um conflito geracional sobre as relações de trabalho e formas de produção do artesanato, dividido entre tradição e modernidade.

As narrativas indicam que não houve consulta de aptidão ou análise vocacional, assim como não houve participação efetiva da comunidade, entendida enquanto parceira na elaboração dos projetos. Ainda que, em alguns momentos, tenham participado de reuniões com os interlocutores das empresas, a dificuldade de entendimento dos termos empregados nos discursos destes outros e as dificuldade de se expressar neste contexto fez com que o processo caminhasse unilateralmente. Para o Curralinho, foram dadas apenas duas alternativas: ou aceitava-se o projeto da maneira como estava proposto ou, então, não receberiam nada em troca. O discurso proclamava que as capacitações eram destinadas a valorizar o artesanato, conforme o padrão exigido pelo turismo e de como agregar valor aos produtos locais, propiciando um aumento na renda das famílias. Além dos módulos para produção em alta escala e mais celeridade na confecção das tranças, as mulheres receberam orientação para tingimento da palha, cálculo dos custos, lucratividade, formas de comercialização e associativismo. No entanto, as narrativas das moradoras mais velhas do Curralinho apontam uma série de impactos negativos como a perda da importância dos variados trançados para a elaboração dos artesanatos, inversão na relação geracional de aprendizado e comando, modificação das peças produzidas etc. Porém o



que é visto como negativo pelas mais velhas é considerado como mudança necessária e favorável pelas mais jovens.

Neste contexto de perda das terras de trabalho e da juventude que “[...] *não mais quer pôr a mão na enxada*”<sup>18</sup>, a produção de artesanato assume o papel de atividade econômica central, modificando, inclusive, a divisão social do trabalho. Esta prática que outrora era predominantemente secundária e feminina, no presente, engloba o trabalho de toda a família incluindo os homens, crianças e idosos. A base da economia doméstica que tinha apenas o homem como centro do comando da roça e provedor do sustento familiar passa a centrar-se também, e sobretudo, na figura feminina, responsável pelo comando da cadeia de produção do artesanato.

As mulheres mais velhas destacam a falta de beleza e identidade das novas peças produzidas nos moldes do SEBRAE. Há uma ruptura na hierarquia da direção dos saberes da mais velha para a mais nova e as mulheres portadoras deste saber, obviamente, perdem a centralidade do seu papel de transmissoras do conhecimento tradicional, apreendidos por elas por meio de suas mães e avós, e do comando da atividade. Estas resistem à inserção destes modelos padronizados, os quais preconiza a utilização de tranças mais finas e uniformes em detrimento dos trançados mais elaborados.

As peças mais elaboradas levavam, às vezes, de três a cinco dias para serem finalizadas e cada uma delas possuía inserido um sentimento de pertencimento e identidade da artesã expressos no formato do seu trabalho. Os formatos e as cores das peças tinham uma simbologia única para cada grupo, diferenciando o artesanato de cada comunidade, muitas vezes, imperceptível ao olhar do observador externo, mas a rigor identificável pelo “nativo de fato”. O problema está, por conseguinte, na padronização acentuada em todo o artesanato produzido na região, ou seja, todas as comunidades produzem as peças com os mesmos trançados, formatos e cores.

As artesãs mais velhas preservam a cor natural da palha em suas peças, mesclando com apenas três cores a mais, alcançadas no tingimento por corantes naturais, tais quais: o vermelho – por meio do urucum ou das folhas secas do cipó de rego; o preto – obtido no processo de descanso da palha já cozida, seguido da secagem

---

<sup>18</sup> Informante n. 07, 80 anos, nativa de fato.



na lama por, aproximadamente, três dias e o amarelo – extraído da capianga. O tingimento natural foi substituído por aquele feito com corantes artificiais vendidos no mercado, como as Anilinas, introduzindo variadas cores, mas também um custo a mais na produção com tais aquisições.

Os turistas que compram o artesanato nos *resorts* e no centro comercial da vila de Praia do Forte têm preferência pelas peças tingidas com cores vibrantes e bem coloridas obtidas apenas com o uso dos corantes artificiais. Por isso, o curso incentivou a produção em larga escala, padronizada e colorida. Isto acarretou a mudança de trançado, formato, tipo de peças e cores, descaracterizando a identidade da produção de cada grupo comunitário. Para as mulheres mais velhas, agregar valor ao artesanato não passa necessariamente pelo “lucro” que pode ser advindo deste a partir de uma produção massificada, mas do tempo do seu trabalho empreendido na elaboração de cada peça, representação material dos sentimentos e visão de mundo, conhecimento tradicional do seu grupo. O trabalho da artesã materializa-se em seu artesanato e, ao vender a peça, é um pedaço do seu mundo interno que parte com o comprador, representando a sua identidade social para o mundo exterior. Para elas, é o turista que deve ser educado a compreender e valorizar a peça tradicional e não massificada.

Além disso, algumas famílias têm produzido apenas a corda de trançado já tingido para os mediadores, que as adquirem e as distribuem entre grupos finais que produzem as peças padronizadas. Não há mais a identificação, para citar alguns, do artesanato das comunidades Curralinho, Areal, Santo Antônio, Diogo ou Porto do Sauípe. Há, agora, o artesanato do Litoral Norte do estado da Bahia e esta definição não dá conta de materializar as idiossincrasias de cada grupo local, mesmo porque a mesma bolsa, por exemplo, vendida nas Lojas do Artesão dentro dos complexos hoteleiros e na vila comercial de Praia do Forte é igual àquela vendida em Porto de Galinhas/Pernambuco, na Praia do Pipa/Rio Grande Norte, na Praia do Francês/Alagoas etc.

As mulheres artesãs que decidiram e foram incitadas pelo próprio programa a participarem dos cursos foram as mais novas. Estas, de fato, estavam mais dispostas a adaptarem-se aos novos modelos de produção mais simples e acelerados



para dar conta de uma demanda cada vez mais crescente. É importante frisar que estas moças praticamente não trabalhavam mais nos quintais, pois estas tornaram-se áreas praticamente extintas ou exíguas para a maioria das famílias. A mariscagem como atividade complementar também se encontrava escassa pelo fato de os rios próximos situarem-se em áreas cercadas pelas fazendas privadas e do rio Sauípe que foi agregado ao *Complexo Turístico Resorts Costa do Sauípe*. O artesanato, atualmente, constitui-se a principal, quiçá a única prática de trabalho para a maioria das jovens e mulheres curralenses. Logo aumentar a produção e a comercialização dos seus produtos era um desejo de muitas delas, o que as direcionou a participarem do curso de produção de artesanato do SEBRAE.

Percebe-se, por fim, que a comunidade fica dividida em relação à constituição desta cadeia produtiva entre o traço da tradição que marca uma temporalidade, identidade e sentido próprios do grupo e o traço da modernidade que traz uma lógica urbana, capitalista de se ver, pensar e produzir as coisas. A introdução desta lógica, voltada para atender a demanda dos empreendimentos turísticos, pode acarretar, a longo prazo, a perda total e irreversível das formas tradicionais de elaboração do artesanato para os grupos locais com a morte das mulheres mais velhas, detentoras deste saber tradicional. Na medida em que as mulheres mais novas só produzem as peças com o moderno trançado padronizado e ocupam a posição de responsáveis pela reprodução do conhecimento às crianças e adolescentes, os tradicionais trançados mais complexos podem desaparecer de vez do conhecimento tradicional do grupo, restando apenas nas lembranças saudosas da memória coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que, de fato, o desenvolvimento econômico e turístico vem se estruturando na região do Litoral Norte e acarretando novas concepções nas ocupações e usos do território comunal, nas relações de sociabilidade, na percepção cultural, bem como a (re)estruturação de antigas e novas rotas migratórias. No caso da comunidade Curralinho, a coexistência das práticas de atividades tradicionais com novos modelos de trabalho constitui-se estratégia de sobrevivência, permanência e resistência



das famílias em seu local de origem, buscando manter a centralidade das normas e regras costumeiras próprias ao grupo.

A comunidade se percebe no entre-lugar do moderno e da tradição e se vê compelida a reestruturar a sua organização social, gestando novas estratégias de resistência e permanência. As práticas de trabalho tradicionais reduziram sua importância, mas não desapareceram, entrando em constante conflito e, por vezes, ajustando-se às práticas modernizantes. O artesanato, por exemplo, ganhou centralidade para o grupo e a arte do trabalho tradicional de extrair a palha e de elaboração de peças artesanais convive com os elementos modernos trazidos pelos atores externos, haja vista o produto final ter que agradar ao gosto, de certo modo, massificado do turista que frequenta a região. A lavoura tornou-se preterida por uma significativa parcela da população mais jovem e o futuro para estes tem se centrado no trabalho “fichado” nos megaempreendimentos turísticos e na possibilidade de ter uma profissão reconhecidamente moderna. Porém, mesmo diante estes fatos, o grupo ainda está fincado num forte *ethos* camponês.

O turismo é, portanto, para o Currealinho, um fenômeno que tem provocado rupturas gradativas e mudanças permanentes e irreversíveis nas estruturas social, econômica e cultural. A organização sociocultural e econômica tradicional foi obrigada a internalizar novas relações e sociabilidades e a recriá-las através do seu passado histórico, representando-as por meio de suas próprias categorias, mas promovendo adaptações e reestruturações internas para sobreviver enquanto grupo. A dualidade se tornou elemento presente e estruturador dos novos conflitos, estabelecidos entre: o de dentro x o de fora; o interno x o externo; o moderno x o tradicional; o rural x o urbano; o passado x o presente; o tempo x o espaço; o local x o global; o nativo x o novo morador; o fraco x o forte; as comunidades x as empresas hoteleiras.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, Luís André de Aguiar. Características de ocupação dos residentes do distrito de Açú da Torre. IN: MURICY, Ivana Tavares; PERAZZO, Maria Margarete; SANTOS, Cândida Ribeiro (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Salvador: SEI, 2009, p. 269-294. (Série Estudos e Pesquisas, 82).
- ANDRADE, José Célio Silveira. Programa Berimbau: iniciativa político-institucional de regulação institucional de Conflitos Socioambientais na área de influência de Costa do Sauípe-BA. **RAC-Eletrônica**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 426-448, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac-e>>. Acesso em: 20 set. 2015.
- BARRETTO, Margarita. Prefácio à edição comemorativa. In: KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução de Contextos Traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009. p. XV-XXIII. (Série Turismo).
- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1998. p. 185 -228.
- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. (Colección Teoría e investigación en ciencias sociales).
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOMES, Lirandina. **Luzes e sombras no Litoral Norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais**. Salvador: EDUNEB, 2014.
- HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Tradução de Annahid Burnett. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
- HOBBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 9-24.
- LEE, Everett S. Une théorie de la migration. In: PICHÉ, Victor. (org). **Les théories de la migration**. Paris: INED, 2013, p. 19-53.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Tradução de Contextos Traduções. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009. (Série Turismo).
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. In: MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 61-82.
- PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Pa-

pirus, 2001. (Coleção Turismo).

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Tradução de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAMPAIO, Marieze Rosa Torres. **Formação de atores e reestruturação do espaço: o caso Copener celulose no Litoral Norte da Bahia**. 1990. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTANA, Mercejane Wanderley. Turismo no Litoral Norte e governança pública: uma articulação existente? In: MURICY, Ivana Tavares; PERAZZO, Maria Margarete; SANTOS, Cândida Ribeiro (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Salvador: SEI, 2009, p. 137-164. (Série Estudos e Pesquisas, 82).

SEI. **Boletim de conjuntura mercado de trabalho** - Primeiro trimestre de 2020. Salvador, v. 7 n. 1, jul. 2020. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim\\_conjuntura/bcmt\\_1tri\\_2020.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/boletim_conjuntura/bcmt_1tri_2020.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SILVA, Jailson Sousa. A violência na mídia. In: RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

SIMMEL, Georg. **Le conflit**. Traduzido do alemão por Sibylle Muller. France: Circé, 2003.

SOUZA, Cristiane Santos; PARAGUASSU, Lídice Almeida A. Entre os de dentro e os de fora, um empreendimento turístico: formas de organização e participação social no Litoral Norte da Bahia. IN: MURICY, Ivana Tavares; PERAZZO, Maria Margarete; SANTOS, Cândida Ribeiro (org.). **Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (BA)**. Salvador: SEI, 2009, p. 251-268. (Série Estudos e Pesquisas, 82).

STIFELMANN, Golde Maria. **Sauípe em três tempos**. Um processo de desapropriação no Litoral Norte da Bahia. 1997. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

VINHA, Sergio G; SILVA, Luís Alberto M. **A Piaçaveira da Bahia**. Ilhéus: Editus, 1998.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília: UnB, n. 87, 1990.

Recebido em: 27/02/2021

Aceito para publicação em: 15/07/2021

